18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO
EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14/ AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

TERCEIRA PAISAGEM E TERRITÓRIOS EM DISPUTA:

bases conceituais para uma leitura crítica da Amazônia contemporânea

ST2 – Paisagens e territórios

THIRD LANDSCAPE AND TERRITORIES IN DISPUTE:

Conceptual Foundations for a Critical Reading of the Contemporary Amazon

GUERRA, Abilio

Professor | FAU-Mackenzie - UPM | São Paulo, SP, Br | abilio.guerra@mackenzie.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2207-572X

AGUILAR, Carolina

Professor | FAU-Mackenzie - UPM | São Paulo, SP, Br |carolina.aguilar@mackenzie.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2221-1146

FRANCO, Fernando

Professor | FAU-Mackenzie - UPM | São Paulo, SP, Br | fernando.franco@mackenzie.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6577-5494

TEIXEIRA, Carlos

Arquiteto e Urbanista | Belo Horizonte, MG, Br | ct@vazio.com.br | ORCID:

WEHMANN, Hulda

Professor | FAU-Mackenzie - UPM | São Paulo, SP, Br | hulda.wehmann@mackenzie.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2233-9032

RESUMO

Este artigo apresenta as bases conceituais de uma pesquisa em desenvolvimento que investiga os processos contemporâneos de transformação da paisagem na Amazônia, com foco na região de Carajás. Parte-se da hipótese de que as leituras tradicionais, baseadas em dicotomias entre natureza e urbanização, são insuficientes para compreender a complexidade dos territórios amazônicos sob pressão do extrativismo global. A partir da noção de paisagem habitada, entendida como experiência encarnada do espaço, argumenta-se que a paisagem constitui, simultaneamente, campo e meio de disputa política. Em contextos de urbanização extensiva e extrativista, como na região de Carajás, a experiência cotidiana emerge como uma possibilidade de contestação da ordem dominante. O artigo articula temas, conceitos e perspectivas com potencial integrador (paisagem, ecologia, urbanismo da paisagem, infraestrutura, construção e desconstrução do território, poéticas da restauração) para sustentar a ideia de que a paisagem é resultante da fricção entre práticas sistêmicas do capitalismo e as práticas ordinárias das comunidades locais. Uma fricção onde dispositivos técnicos e cartográficos exóticos se embaralham com costumes e tradições locais Trata-se de uma proposição teórica em construção, que busca tensionar o campo do paisagismo e contribuir para uma agenda crítica de pesquisa.

Palavras-chave: paisagem; território; Amazônia; cartografia crítica.

ABSTRACT

This article presents the conceptual foundations of an ongoing research project that investigates contemporary processes of landscape transformation in the Amazon, with a focus on the Carajás region. It begins with the hypothesis that traditional interpretations, based on dichotomies between nature and urbanization, are insufficient for understanding the complexity of Amazonian territories under pressure from global extractivism. Drawing on the notion of inhabited landscape—understood as an embodied experience of space—the article argues that the landscape constitutes both a field and a medium of political contestation. In contexts of extensive and extractivist urbanization, such as in the Carajás region, everyday experience emerges as a potential means of challenging the dominant order. The article articulates themes, concepts, and perspectives with integrative potential (landscape, ecology, landscape urbanism, infrastructure, construction and deconstruction of territory, poetics of restoration) to support the idea that landscape results from the friction between systemic practices of capitalism and the ordinary practices of local communities. A friction where exotic technical and cartographic devices intertwine with local customs and traditions. This is a theoretical proposition under construction, which seeks to challenge the field of landscape architecture and contribute to a critical research agenda.

Keywords: *landscape; territory; Amazon; critical cartography.*

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia contemporânea tornou-se um dos principais territórios de intensificação das contradições entre capital, natureza e sociedade. Sua leitura ainda é frequentemente capturada por abordagens simplificadoras que opõem natureza preservada e urbanização degradante. Dessa forma, a visão predominante salienta o conflito de forças antagônicas e desproporcionais: enquanto a natureza intocada é marcada pela fragilidade, pelo risco do desaparecimento e apagamento de paisagens enraizadas em culturas, tradições e modos de ser e estar no mundo, a ocupação humana descontrolada amedronta pela expansão predatória e pela instrumentalização completa da natureza, movida que está pelo utilitarismo sem freios que insufla a evolução atual da história da humanidade.

A polarização também contamina os processos de diálogo humano com os territórios de vida. De um lado, os modos de vida tradicionais de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, caiçaras etc. se caracterizam por sua permanência no tempo, práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e da paisagem, preservação da cultura, das tradições e dos conhecimentos ancestrais. De outro, as atividades de grande impacto territorial, voltadas para a extração ou produção de bens que serão utilizados como matéria-prima ou força motriz do sistema industrial e urbano, que resultam nas paisagens operacionais do capitalismo (BRENNER, 2018), cenários distópicos de grandes proporções, com erradicação de modos de vida tradicionais, extinção de espécimes da flora e fauna, desertificação, envenenamento do solo. Não há como contestar os conflitos que de fato existem, mas a avaliação em si e os prognósticos derivados podem (e devem) ser reorientados, numa busca por outras formas de ser-no-mundo.

Este artigo objetiva apresentar as bases teóricas, ainda em construção, que estruturam a pesquisa em andamento sobre a Amazônia como paisagem habitada (Wehmann, 2023). O ponto de partida adotado é a compreensão de que a oposição estanque entre a ocupação humana e a qualidade ambiental não só é paralisante na busca de alternativas exequíveis, como também eficaz, enquanto ideologia, à manutenção de regimes extrativistas. A mudança de perspectiva aqui proposta, ao supor que o processo de urbanização da Amazônia relaciona-se tanto à devastação quanto à restauração do seu território, contesta o maniqueísmo entre paraíso perdido e inevitabilidade destrutiva. A paisagem amazônica deve ser compreendida como produzida por um campo de disputa, no qual diferentes racionalidades territoriais se sobrepõem, entram em conflito e se reconfiguram continuamente, inclusive como parte de um processo de urbanização extensiva, com modelos particulares de integração entre o espaço antrópico e sua base natural, resultantes de atividades de diversas ordens, levadas a cabo por uma grande diversidade de agentes.

Assim, a urbanização da Amazônia não consegue ser compreendida apenas pelo processo tradicional de formação de cidades.[1] Ela se caracteriza historicamente por um processo de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) marcado pela dispersão, em sua vasta extensão territorial, dos sistemas infraestruturais que permitem a sua exploração e dos aglomerados urbanos que abrigam de forma precária os seus habitantes. Trata-se da produção das paisagens operacionais do capitalismo (Brenner, 2018), que vem exaurindo a floresta nos territórios ocupados. As mercadorias extraídas são exportadas, a riqueza gerada se evade para outras

[1] De um ponto de vista tradicional, que estabelece a divisão entre campo e cidade, a Região Norte do Brasil apresenta uma taxa de urbanização de 78,47% (IBGE, 2022).

localidades e as externalidades negativas se incorporam ao território local. Ao mesmo tempo, os grandes projetos de desenvolvimento econômico baseados na exploração das riquezas naturais da Amazônia têm afetado o equilíbrio ecossistêmico da floresta, promovido a urbanização do território e precarizado as condições de vida da população que lá habita, seja nas cidades, seja na floresta.

Entretanto, este não é o único modelo possível, num sentido expandido do termo urbanização. A ocupação promovida por práticas ancestrais dos povos originários, baseadas na regeneração induzida, no manejo de espécies e no plantio consciente de uma floresta produtora de alimentos (Neves, 2022; Neves e Castriota, 2023), com seus profundos impactos sobre o meio amazônico, podem também ser consideradas processos de urbanização. O que se vê é uma paisagem amazônica produzida por *civilizações paisageiras*, no sentido atribuído por Augustin Berque (2011). Geração após geração, num labor contínuo, grupos sociais depositaram sobre a estrutura do solo, objetivo e físico, as camadas de sentido que a constituíram enquanto unidade de experiência antrópica. Os conflitos observada na contemporaneidade resulta do atrito entre as modalidades distintas no uso do solo provocado pela incorporação técnica de grandes sistemas de engenharia e no processo de urbanização difuso tradicional, resumidamente denominados, utilizando os termos de Berque, como a disputa entre uma lógica de ocupação paisagística versus práticas paisageiras.

Diante deste contexto, este artigo verifica a possibilidade do conceito de *Terceira Paisagem*, proposto por Gilles Clément, servir de eixo para uma nova forma de compreender e pensar os espaços humanos no território. Para o autor, os espaços residuais constituem “o refúgio da diversidade” (Clément, 2004), espaços possíveis de adaptação da cidade ao meio. Nesta proposta, entretanto, mais do que uma categoria ecológica, a terceira paisagem é aqui mobilizada como crítica a uma compreensão dicotômica do espaço, orientada por oposições excludentes.

A Terceira Paisagem, nesse sentido, é não só um conceito ecológico, mas também um manifesto urbano e um apelo a uma ocupação antrópica do território mais justas e abertas ao que ainda não foi previsto. Um território que escapa tanto ao avanço do agronegócio quanto ao da cidade planejada, e feito por fragmentos onde o biodiverso floresce. Ao contrário da primeira paisagem (natural, selvagem) e da segunda (planejada, agrícola ou urbana), a terceira é constituída por tudo o que resta. Ao contrário, trata-se de compreender as paisagens urbanas como espaços antrópicos dotados de novas regras de biodiversidade, onde convivem espécies nativas e invasoras, plantas ruderais e artefatos tecnológicos, bem como seres humanos e não humanos. A cidade é uma construção da natureza – não contra ela, mas parte dela.

Este artigo não apresenta resultados conclusivos. Trata-se de uma proposição teórica e metodológica em construção, que, no debate com o campo da arquitetura da paisagem, busca contribuições para sua consolidação. Para isso, estrutura-se da seguinte forma: primeiramente, apresenta a pesquisa como pano de fundo da discussão. A seguir, o contexto espacial inicial da discussão. Em terceiro lugar, discute os conceitos de paisagem, paisagem habitada e terceira paisagem, bem como suas possibilidades para a compreensão da Amazônia. E, à guisa de resultados, pontos para discussão.

2 O GRUPO DE PESQUISA TERCEIRA PAISAGEM

A pesquisa que dá origem ao grupo “Terceira paisagem: Interpretações dos ciclos construção-desconstrução na Amazônia” , a partir de 2025, propõe investigar/analisar: (i)

processo transformador da região Serra de Carajás, sudeste do Pará, perímetro da Amazônia Legal, Sub-bacia do Rio Itacaiunas, afluente do Rio Tocantins; (ii) diferenças entre escalas de ações antrópicas, do manejo florestal sustentável pelos povos originários à construção das paisagens operacionais do capitalismo extrativista global na maior mina de minério de ferro de alta pureza do planeta.

A partir da compreensão de que o território amazônico contemporâneo é marcado por processos específicos associados à sua estruturação enquanto espaço urbano extensivo, objeto de ações de interesse global e espaço de vida milenar, que se dialogam e se contrapõem a todo momento em ações antípodas, de colisão e proteção, resultando em complexo conjunto de paisagens, se propõe a desenvolver metodologia analítica, possibilitando leituras dessas paisagens, subsídios para ações de restauração urbana e ambiental deste setor reconhecido como Amazônia Desmatada (Veríssimo et al., 2011).

O grupo pretende observar tais fenômenos sob três perspectivas: (i) histórica, resgatando grandes projetos de exploração territorial; (ii) prospectiva, considerando como o impacto no meio ambiente pode ser mitigado, evitado ou revertido; e (iii) poética, apreendendo e revertendo, de forma simbólica, os ciclos contínuos de construção e destruição do território. Organiza-se em subgrupos, com pesquisas transversais e conexas, todas em áreas de conflito floresta-urbanização, e que contêm temas, conceitos e perspectivas com potencial integrador: paisagem, ecologia da paisagem, urbanismo da paisagem, infraestrutura de transporte e produção de energia, ruína, ritmos de desconstrução do ambiente construído, poéticas da regeneração e restauração, leituras de paisagens, cartografias sobrepostas e conflagradas.

Devido à sua complexidade temática e metodológica, a primeira fase do projeto, maior e unificadora, se deterá no estudo específico das transformações da paisagem da região da Serra de Carajás, trazendo à tona outros personagens importantes e paisagens alternativas, além da Vale, a protagonista mais evidente, e de sua paisagem ambígua, de riqueza e de devastação. Esse estudo permitirá testar métodos, abordagens e interpretações antes de iniciar a pesquisa de território mais abrangente. Todos os participantes do grupo de pesquisa trarão, de suas pesquisas particulares, as informações, conceitos e interpretações necessários ao desenvolvimento do projeto articulador: a Terceira Paisagem, objeto de discussão neste artigo. Para melhor enquadrá-lo, o contexto específico da pesquisa será apresentado na próxima seção, com a discussão conceitual em sequência.

3 O CONTEXTO: REGIÃO DE CARAJÁS, PA

O Complexo Mineral do Carajás abrange os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis e outros municípios circunvizinhos, inseridos na área de influência direta do projeto de mineração da Vale. Esses três municípios selecionados têm experimentado rápido crescimento demográfico e urbanização acelerada e pouco planejada. Esses municípios contam com receitas tributárias elevadas (CFEM, ISS e ICMS) e estão entre os com maior PIB per capita do Brasil[2]. Porém, apesar do PIB elevado, enfrentam desafios sociais e se situam na faixa dos municípios com maior carência no desenvolvimento social e na qualidade de vida do Brasil[3].

[2] Curionópolis possui PIB per capita de R$ 185.168,55 (2021) 60º maior do país, Canaã dos Carajás, R$ 457.258,58, sendo o 8º maior do país, e Parauapebas, R$ 187.153,00, 59º maior do país.

[3] Parauapebas possui nota no IPS Brasil 2024 de 55,56 (0-100) e ocupa a posição 3.922 no ranking de qualidade de vida em relação aos 5.570 municípios do país, Canaã dos Carajás pontuação de 56,91 e posição 3.326, e Curionópolis 53,15 e posição 4.725.

As cidades de Carajás (Canaã de Carajás, Curionópolis e Parauapebas) enfrentam uma combinação de problemas sociais (taxas elevadas de extrema pobreza)[4], econômicos (baixo dinamismo no mercado de trabalho) e ambientais (saneamento insuficiente, arborização escassa, ausência de ações de adaptação aos extremos climáticos etc.).

Figura 1: Parauapebas



Fonte: Google Earth, acesso em 15 jun. 2025.

O rápido crescimento dessas cidades é caracterizado por um processo de urbanização extensivo, de baixa densidade populacional e de consequente alto consumo de solo, descasado da capacidade do poder público de prover infraestrutura adequada e de acesso a bens e serviços básicos. Como consequência, assiste-se a um quadro composto por duas faces interrelacionadas. De um lado, observar-se os impactos negativos da urbanização extensiva precária em um meio ambiente já fragilizado pelo desmatamento. Por outro lado, a dificuldade dos cidadãos desses municípios em ter acesso a bens e serviços urbanos necessários à qualidade de vida.

O quadro de emergência climática amplifica o olhar sobre a importância de se preservar os ativos ambientais. A COP 30, a ser sediada em Belém, põe em evidência o complexo contexto da floresta amazônica. Um dos seus desafios centrais é articular as políticas multilaterais, os compromissos dos governos nacionais e a efetivação das ações sob a responsabilidade dos governos subnacionais, que incidem diretamente nos territórios locais. Sabe-se que os

[4] Em 2022 a taxa de extrema pobreza atingiu em Canãa dos Carajás (23%), Curionopólis (49%) e Parauapebas (16%).

impactos do novo regime climático serão mais sentidos nas cidades, o que demanda a atuação da esfera política local. Porém, a crise climática exige uma visão integradora e sistêmica. O desafio é promover o fortalecimento dos vínculos entre esses vetores aparentemente dicotômicos, aqui entendidos como opostos e complementares.

Há lacunas nas capacidades do setor público, do setor privado, das entidades do terceiro setor e da sociedade civil na representação, leitura e interpretação das formas de uso do território. Os instrumentos de maior potência na representação dos processos que incidem sobre o território, tais como cartografias, diagramas e infográficos, são ora falhos para as análises, ora manipulados como ferramentas de poder político. Como exemplo, no caso específico do Complexo de Carajás, a Vale opera um sofisticado sistema de monitoramento de dados georreferenciados, cujas análises de controle do clima não podem ser compartilhadas com terceiros por questões jurídicas. Seu recorte de análise incide sobre as áreas de produção, locais de extração e demais locais onde estão as infraestruturas que a garantem (rodovias, ferrovias, portos e aglomerados urbanos onde seus funcionários se instalam), sem correspondência direta aos recortes administrativos que compõem a gestão pública no território político.

Alguns dos municípios da região possuem observatórios de abrangência local, cujos limites administrativos não correspondem diretamente ao meio físico e as estruturas produtivas que condicionam as dinâmicas que atravessam o seu território. O governo municipal de Parauapebas representa os assentamentos indígenas situados dentro do seu perímetro destacando o conjunto de construções que conformam a “aldeia” do seu habitat natural. Mas incorporam a pista de pouso que as conecta à rede de infraestrutura aeroviária regional. Ou seja, a construção imagética do território, inclusive em sua cartografia, é palco de disputa quanto ao que é, efetivamente, essencial à vida de seus habitantes.

Pode-se concluir que um dos desafios para a região Amazônia é, nas palavras de Beto Marubo e Helena Palmquist (PHILLIPS, 2025, p. 363), “perceber uma verdade fundamental: não existe apenas uma Amazônia, existem muitas. Essa verdade precisa ser compreendida. Precisamos pensar especificamente cada lugar”. Além disso, diversos pensadores indígenas alertam para o risco do pensar o “território como terra”, não como um espaço habitado, parte inerente do ser de seus habitantes. Ainda segundo Marubo: “É inimaginável destruir esse espaço. Um território não é como uma terra, é como um paraíso, para onde você volta para ficar” (p. 364).

Comentando seu livro *Futuro ancestral* em entrevista, Ailton Krenak alerta que pensar a paisagem como recurso reduz as possibilidades de imaginar alternativas. Em suas palavras:

> “Muitas vezes, eu tive que dizer às pessoas que isso não existe. Nós somos o meio e também o ambiente. É uma visão totalmente não natural de que os humanos se refiram às paisagens pelas quais nos deslocamos como meio. Isso é uma noção extrativista. Enquanto produzirmos uma linguagem que fala do mundo como exterioridade, vamos continuar afirmando o extrativismo e atuar como agentes extrativistas no mundo. Tanto na biosfera do planeta quanto no mundo imaginado. Vamos imaginar que temos a possibilidade de elaborar alternativas a esse mundo que habitamos” (Baratto, 2023).

O desafio que se coloca é: como representar os territórios nos quais lógicas tão diferenciadas atuam? Como pensar os processos e propor possibilidades futuras para que práticas, poéticas,

escalas e tempos tão heterodoxos possam confluir de forma adequada à manutenção e à continuidade da Amazônia? Milton Santos diz que "toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história de sua produção" (2006, p. 48). A compreensão das relações entre as sociedades humanas e seu meio se dá pelo entendimento desse substrato, composto pela mescla heterogênea de objetos técnicos de datas distintas e de sua base natural, que constitui um elemento específico daquele lugar. No caso da Amazônia, tal proposição pode ser explicitada pelas recentes teorias que indicam que a floresta pode ser resultado de um manejo humano (Lins; et al., 2015).

Numa tentativa de responder a esses desafios, em território tão amplo, é que a pesquisa Terceira Paisagem propõe a análise crítica fundamentada no registro cartográfico, imagético e textual, orientada pelas três perspectivas que orientam esse trabalho. Uma análise crítica que busca responder a três indagações:

- *perspectiva histórica*: como a urbanização condiciona o processo de transformação da Amazônia?
- *perspectiva prospectiva*: como se poderá amparar a restauração, a regeneração e a preservação da Amazônia, garantindo o bem-estar da população que lá habita?
- *perspectiva poética*: como as múltiplas representações simbólicas e culturais, dispersas por um território tão vasto, permitem o entendimento de problemas e potenciais a partir de um olhar não eurocentrado?

A escolha conceitual de tratar a análise pela chave da paisagem é significativa. O conceito, polissêmico, pode abranger desde os elementos ecológicos e objetivos do recorte territorial até aos significados subjetivos a eles atribuídos. A paisagem permite integrar aspectos muitas vezes vistos de forma isolada, e por vezes oposta, pelo senso comum: cidade e natureza, ações concretas e percepções estéticas do espaço. Na perspectiva adotada na pesquisa, a paisagem é o resultado de processos e fluxos sobre um substrato natural, que se pode ver, descrever, representar e entender como se forma e funciona, numa concepção humboldtiana do termo (Vitte; Silveira, 2010).

4 PAISAGEM AMAZÔNICA COMO TERCEIRA PAISAGEM: URBANIZAÇÃO, PAISAGEM E TERRITÓRIO

Compreender o processo de ocupação de um território como produção de paisagem parte de uma concepção ampliada de paisagem. Ela não se restringe ao cenário natural nem ao objeto de contemplação estética, mas é entendida como território vivido, espaço de práticas cotidianas e de sedimentação de memórias coletivas. A paisagem é simultaneamente estrutura física, sistema ecológico e construção cultural. Enquanto experiência criada pelo afeto (no sentido de afecção), a ideia de paisagem transcende a experiência estética positiva causada por determinadas características espaciais, o belo, ainda que possa incorporá-lo. Trata-se da experiência do "aqui e agora", presente inclusive nos afetos cotidianos: é o corpo no espaço de vida, afetando e se deixando afetar, mesmo em espaços urbanizados/antropizados. Essa definição permite, portanto, extrapolar o limite dos espaços de natureza para que existam enquanto apreensão sensível também do mundo dos homens (Wehmann, 2023). Mesmo a noção de meio natural é discutida por Milton Santos não como um espaço onde o homem não introduzira ainda modificações, mas como um sistema técnico sem objetos técnicos,

dependente das condições locais, não agressivo, pois eram “indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir.” (Santos, 2006, p. 158).

As condições dadas eram, portanto, permanentemente reconstruídas, porém “a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização.” (Ib., p.158). É a essa estruturação do espaço, que é muitas vezes vista como a “bela natureza”, que se devem as primeiras teorias sobre a paisagem. É assim também que muitos “defensores da floresta” veem a Amazônia, uma base que sustenta muitas das ações que negam a compatibilidade entre a vida humana e a preservação ambiental. Entretanto, a Amazônia é, conforme um número crescente de estudos, resultado de séculos de intervenção humana, cujas práticas de manejo fortaleceram e plantaram/construíram a riqueza de biodiversidade que caracteriza a região. (Neves e Castriota, 2023).

O processo de colonização que advém da era moderna vem sobrepondo outros vetores antrópicos neste território. A floresta passa a ser apropriada como fonte de extração de recursos naturais finitos, majoritariamente por aqueles que não a habitam. As práticas de extração não podem existir senão amparadas pela sucessiva incorporação de sistemas técnicos ao território. Sua infraestruturação extensiva constitui um dos principais componentes do processo de urbanização e resulta na construção das paisagens operacionais do capitalismo (Brenner, 2018). Quanto mais amparam o crescimento da produção, mais destroem o ambiente das florestas manejadas.

Uma possível chave de interpretação da Amazônia é compreender o processo contínuo de construção e de desconstrução do seu ambiente manejado. O desafio é representá-lo por meio da sobreposição de camadas históricas e dos movimentos que caracterizam processos complexos, dinâmicos e multiescalares. Ao assumir o movimento rítmico entre construção e desconstrução, o arruinamento da Amazônia se apresenta ao devir. Diante da condição imperativa de que é preciso agir para mitigar os efeitos deletérios do Antropoceno, a interpretação do processo de mudança e transformação contínua que afeta todas as coisas e seres na Amazônia se anuncia como estratégia oportuna para se pensar outros urbanismos e outras construções de mundo em um contexto de múltiplas crises. A terceira paisagem, as áreas em pousio, os restos da produção do espaço, as ruínas modernas e os demais elementos da detritosfera oferecem-se como substrato ao devir, na busca por outras formas de morada. O projeto de urbanismos voltados à restauração da floresta oferece a oportunidade de ensejar poéticas próprias. A potência conceitual da *Terceira Paisagem* reside precisamente em sua recusa de se enquadrar nas categorias clássicas que opõem o natural ao artificial. Em vez de reforçar a distinção entre uma “primeira paisagem” (intocada) e uma “segunda paisagem” (planejada e produtiva), Clément evidencia a existência de uma terceira condição, caracterizada pela indeterminação, pela abertura e pela coexistência de múltiplas temporalidades. Trata-se de uma paisagem do “não-programado”, onde o controle humano se enfraquece e onde processos ecológicos e sociais se desenvolvem de forma mais autônoma, ainda que nunca completamente dissociados da ação antrópica.

Transposta para o contexto amazônico, essa noção adquire contornos específicos e amplia significativamente seu alcance interpretativo. Na Amazônia, os espaços que poderiam ser compreendidos como *Terceira Paisagem* não se restringem a resíduos marginais do sistema produtivo, mas emergem como interstícios entre diferentes regimes de territorialidade: áreas degradadas em processo de regeneração, zonas de conflito entre mineração e floresta, bordas urbanas em expansão, territórios tradicionalmente manejados que resistem à captura total pelo capital, entre outros. Nesses espaços, coexistem vestígios de florestas antropogênicas, infraestruturas técnicas em decadência, práticas de subsistência e experimentações informais de uso do solo.

Nesse sentido, a *Terceira Paisagem* permite deslocar o olhar da análise da Amazônia de uma perspectiva centrada na perda, associada ao desmatamento e à degradação para outra que também reconhece os processos de recomposição, resiliência e reinvenção que se dão nas margens do sistema dominante. Importante destacar que não se pretende romantizar a ruína ou a devastação, mas compreender que existem outros-fazer, formas de vida e de organização que escapam, ainda que parcialmente, à lógica de exploração intensiva e destruidora, e podem ser chave para, como diz Ailton Krenak, adiar o fim do mundo.

Ao articular essa leitura com a noção de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) e com o conceito de paisagens operacionais do capitalismo (Brenner, 2018), é possível compreender a *Terceira Paisagem* como uma dimensão constitutiva, e não apenas residual, do processo contemporâneo de produção do espaço amazônico. Ela se manifesta como aquilo que não é totalmente capturado pelos grandes sistemas técnicos e econômicos, funcionando como espaço de latência, onde outras racionalidades territoriais podem persistir ou emergir.

Além disso, a *Terceira Paisagem* pode ser interpretada como um campo de experimentação de práticas projetuais e políticas voltadas à restauração socioambiental. Objetiva-se, no eixo prospectivo da pesquisa, aproximar-se de abordagens contemporâneas de estruturação de territórios, não pela imposição de modelos prontos e de formas fechadas, mas pela ativação e pelo fortalecimento de processos locais.

Por fim, ao ser mobilizada como ferramenta crítica, a *Terceira Paisagem* contribui para desestabilizar a própria linguagem com que se descreve o território amazônico, compreendendo-o como uma paisagem construída por civilizações paisageiras (Berque, 2011) e habitada (Wehmann, 2023). A adoção do conceito permite questionar a ideia de natureza como exterioridade e de paisagem como recurso, abrindo espaço para uma compreensão relacional, na qual humanos e não humanos participam conjuntamente da produção do espaço. Assim, mais do que um conceito descritivo, a Terceira Paisagem se afirma como uma hipótese política e epistemológica, fundamental para a construção de novas narrativas e práticas sobre a Amazônia contemporânea.

5 UMA AGENDA DE PESQUISA EM CONSTRUÇÃO

Mais do que apresentar respostas, este artigo busca reposicionar as perguntas. Ao afirmar a paisagem como campo de disputa, propõe-se uma inflexão crítica no modo de compreender os territórios amazônicos. A continuidade da pesquisa dependerá da incorporação de contribuições interdisciplinares, sendo o campo do paisagismo um interlocutor fundamental nesse processo.

Ao longo da reflexão, argumentou-se que a leitura da Amazônia a partir de categorias dicotômicas (natureza x cidade, preservação x uso, floresta x infraestrutura) revela-se insuficiente para apreender a complexidade dos processos em curso. Em seu lugar, propôs-se compreender a paisagem como resultado de camadas históricas sobrepostas, de fluxos materiais e imateriais e de múltiplas racionalidades territoriais em permanente tensão. Essa mudança de perspectiva permite não apenas descrever melhor o território, mas também abrir novas possibilidades de intervenção e de projeto.

A incorporação do conceito de Terceira Paisagem, formulado por Gilles Clément, mostrou-se particularmente relevante nesse deslocamento analítico. Mais do que uma categoria ecológica, a Terceira Paisagem se apresenta, neste trabalho, como uma ferramenta crítica capaz de tensionar paradigmas consolidados no urbanismo e no planejamento territorial.

Nesse sentido, a Amazônia emerge não apenas como território de crise, mas também como laboratório de futuros possíveis. A coexistência, frequentemente conflituosa, entre práticas ancestrais de manejo, grandes projetos de infraestrutura e dinâmicas urbanas precárias evidencia a necessidade de construir instrumentos teóricos e metodológicos capazes de operar na interseção entre escalas, temporalidades e saberes distintos, que recusam a separação entre sociedade e natureza e apontam para formas mais integradas de habitar o mundo.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa em andamento indica a importância de articular diferentes formas de representação, como cartografias críticas, registros imagéticos, narrativas textuais e experimentações projetuais, como meio de apreender e comunicar a complexidade das paisagens amazônicas. A sobreposição dessas camadas não apenas permite uma leitura mais densa do território, como também evidencia os conflitos e as invisibilidades que atravessam sua produção.

Por fim, ressalta-se que pensar a Amazônia a partir da chave da paisagem e, mais especificamente, da Terceira Paisagem, implica também assumir uma postura ética e política diante do território. Trata-se de reconhecer que os espaços não plenamente determinados pelas lógicas hegemônicas não são vazios a serem preenchidos, mas reservas de possibilidade. Neles residem tanto a memória de processos passados quanto a potência de futuros alternativos. Assim, em vez de buscar sua completa ordenação, talvez o desafio esteja em aprender a ler, valorizar e operar com essas indeterminações, construindo práticas de projeto e planejamento que não eliminem a diversidade, mas a sustentem como condição essencial para a continuidade da vida na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BARATTO, Romullo. Ailton Krenak: “Em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela”. *ArchDaily Brasil*, 16 out. 2023. Disponível em:

https://www.archdaily.com.br/br/1007266/ailton-krenak-em-vez-de-operar-na-paisagem-devemos-nos-confundir-com-ela. Acesso em: 25 maio 2026.

BERQUE, Augustin. O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 200-212.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CLÉMENT, Gilles. **Manifesto da terceira paisagem**. Tradução de Lúcia Leistner. [S. l.]: Maison des Éditions, 2004. Disponível em: https://www.maisondeseditions.fr/tp/pt.php. Acesso em: 25 maio 2026.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LINS, Juliana; LIMA, Helena P.; BACCARO, Fabricio B.; KINUPP, Valdely F.; SHEPARD JUNIOR, Glenn H.; CLEMENT, Charles R. Pre-Columbian floristic legacies in modern homegardens of Central Amazonia. *PLoS ONE*, v. 10, n. 6, e0127067, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0127067.

MACEDO, Silvio Soares. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada**: os espaços livres como elementos de desenho urbano. 1988. 207 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MARUBO, Beto; PALMQUIST, Helena. Ouça a floresta: uma inspiração indígena (posfácio). In: PHILLIPS, Dom. **Como salvar a Amazônia**: uma busca mortal por respostas. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p. 169-181.

NEVES, Eduardo Góes; CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanismos tropicais. *Piseagrama*, Belo Horizonte, set. 2023. Disponível em: https://piseagrama.org/artigos/urbanismos-tropicais/. Acesso em: 25 maio 2026.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia central. São Paulo: Ubu, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

TABACOW, José (org.). **Roberto Burle Marx**: arte e paisagem - conferências escolhidas. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

VERÍSSIMO, Adalberto; ROLLA, Alicia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Silvia de Melo (org.). **Áreas protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VITTE, Antonio Carlos; SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias da. Considerações sobre os conceitos de natureza, espaço e morfologia em Alexander von Humboldt e a gênese da geografia física moderna. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 635-651, jul./set. 2010. DOI: 10.1590/S0104-59702010000300003.

WEHMANN, Hulda Erna. **Habitar a paisagem**: o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. Cachoeirinha: Fi, 2023. Recurso eletrônico. DOI: 10.22350/9786585725217.

WILM, Melissa; SANTOS, Daniel; VERÍSSIMO, Beto; MOSANER, Marcelo; SEIFER, Paulo; MARANGONI, Sérgio; COELHO, Luana; SILVA, Caíque; ALBUQUERQUE, Roberta; VILHENA, Agatha; VERÍSSIMO, Ricardo Pereira. **Índice de Progresso Social Brasil 2024**: qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2024. Disponível em: https://imazon.org.br/relatorios/ips-brasil-2024-resumo-executivo?locale=pt_BR. Acesso em: 25 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 25 maio 2026.